

JOÃO GASPAR RODRIGUES

TORTURV

da impunidade à

responsabilização

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by João Gaspar Rodrigues

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

1157638

R696t

Rodrigues, João Gaspar

Tortura : da impunidade à responsabilização / João Gaspar Rodrigues. –
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.

296 p. : il. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 267-277.

ISBN 978-85-519-1344-4

1. Direito internacional. 2. Direitos humanos. 3. Direito penal. 4. Tortura.
5. Impunidade. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Nota do Autor	1
Capítulo I – Noções Iniciais	7
1- Origem histórica e conceito	7
2- Proibição da tortura: direito fundamental de primeira geração e de caráter absoluto	9
2.1- Dignidade humana	12
3- Declarações, tratados e documentos internacionais	13
4- Controle de convencionalidade	26
5- Método policial de investigação	27
5.1- A privação legítima da liberdade e o sofrimento inerente	30
5.2- Interrogatórios coercivos e técnicas violentas de interrogatório (“stress and duress” ou “aggressive psychological techniques”)	35
5.3- A tortura científica	43
6- O retorno "triumfal" da tortura	47
7- A múltipla degradação da tortura	51
7.1- Degradação a nível individual	51
7.2- Degradação a nível familiar	53
7.3- Degradação dos valores e princípios conquistados pela humanidade	54
7.4- Degradação a nível social ou comunitário	55
7.5- Degradação do torturador	56
8- O sentimento popular em torno da matéria	60
8.1- Cultura de permissividade	67
9- Elementos de definição da tortura	71

9.1- Tortura-prova	72
9.2- Tortura-crime.....	73
9.3- Tortura-discriminação	74
9.4- Tortura-castigo.....	74
9.5- Tortura própria.....	75
9.6- Tortura-omissão ou imprópria.....	75
9.7- Formas qualificadas de tortura	78
9.8- Elemento subjetivo e outras variáveis do crime de tortura.....	78
9.9- Causas especiais de aumento de pena	81
9.9.1- Crime cometido por agente público	81
9.10- Efeitos da condenação	83
9.11- Inafiançabilidade, graça, anistia, indulto e prescrição	84
9.12- Sofrimento e dor severos	84
10- A tipificação da tortura como crime comum.....	86
11- Tortura e maus-tratos: diferenças	91
12- Tortura e tratamento desumano, degradante ou cruel.....	92
13- Crimes correlatos e conexos à tortura	95
13.1- Concurso de crimes	98
13.1.1- Tortura e homicídio	98
13.1.2- Tortura, lesões corporais leves, maus-tratos, constrangimento ilegal, abuso de autoridade e ameaça.....	98
13.1.3- Tortura e maus-tratos	98
14- Tortura e as cifras negras	99
15- Responsabilização civil, penal e disciplinar	101
15.1- Improbidade administrativa.....	101
15.2- Suspensão de servidor público suspeito de prática de tortura	104
15.3- Responsabilidade civil do Estado por atos de tortura.....	105

Capítulo II – Técnicas de Investigação Aplicadas à Elucidação do Crime de Tortura.....	107
1- Introdução.....	107
2- A reconstituição mental de um crime	108
3- As dificuldades de provar o crime de tortura	109
3.1- Prova indiciária	134
3.2- Ciência dos detalhes.....	140
4- A arte de interrogar	143
5- Atributos de uma investigação criminal eficaz	147
5.1- Tortura por policial em unidade prisional	151
5.2- Sistema de registro de reclusos e evidências de tortura.....	158
5.3- Estratégias usadas para despistar e conturbar as investigações	159
6- Apuração de "alegações de tortura"	160
6.1- Registro das apurações de tortura	165
6.2- Investigação rápida.....	166
6.4- Investigação exaustiva.....	170
6.5- Capacidade investigativa plena	173
6.6- Medidas para robustecer os elementos da investigação.....	173
7- Documentação da tortura.....	174
7.1- A gravação em audiovisual dos interrogatórios e depoimentos	179
8- Caráter ilícito da prova obtida através de tortura.....	180
9- Conclusões.....	181
Capitulo III – Da Vítima do Crime de Tortura	185
1- Os "torturáveis"	185
2- Das medidas de reparação integral	186
3- Revitimização	190

4- Proteção das vítimas e das testemunhas durante a investigação e o julgamento	192
Capítulo IV – Modalidades de Tortura.....	195
1- Tortura somática.....	195
1.1- Espancamento	195
1.2- Empalamento e abuso sexual	196
1.4- Tortura elétrica	198
1.4.1- Pimentinha	200
1.4.2- Dobradores de tensão	200
1.4.3- Cadeira do dragão	200
1.4.4- Picana.....	201
1.4.5- Parrilla.....	202
1.5- Tortura posicional	202
1.5.1- Asfixia posicional	202
1.6- Telefone.....	203
1.7- Falanga	203
1.8- Suspensão prolongada	204
1.9- Uso de ratos.....	204
1.10- Alimentos.....	205
1.11- Privação de água e de alimentos.....	205
1.12- Tortura dentária	206
1.13- Spray de pimenta.....	206
2- Tortura psicológica	209
2.1- Execução simulada	211
2.2- Presenciar sessões de tortura.....	212
2.3- Privação prolongada do sono	213

2.4- Exposição contínua à luz ou a barulho constante.....	214
2.5- Incomunicabilidade e confinamento solitário.....	215
2.6- Provocar medo, vergonha e humilhação sexual.....	216
2.7- Humilhação cultural	217
2.8- Simulação de afogamento (waterboarding).....	218
2.9- Ameaças.....	218
3- Sequelas decorrentes da tortura.....	220
3.1- Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)	221
4- Considerações finais	222
Capítulo V – Mecanismos e Órgãos de	
Prevenção e Combate à Tortura no Brasil.....	229
1- Introdução.....	229
2- A prevenção e o combate à tortura no Brasil	229
2.1- Rompimento do círculo vicioso da impunidade	230
2.2- Transparência do sistema de privação de liberdade	232
2.2.1- Registro geral de presos nas delegacias de polícia.....	233
2.3- Campanhas de prevenção	235
2.4- Ampliação da capacidade técnico-científica dos órgãos de perícia e implementação do Protocolo de Istambul	235
2.5- Reparação às vítimas e seus familiares.....	236
3- Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT)	236
3.1- Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	238
3.2- Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.....	239
3.3- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	241
3.5- Comitês e Mecanismos Estaduais	243

3.5.1- Por que os Comitês não são vocacionados a inspecionar locais de detenção?	248
3.6- Banco de dados sobre alegações, apurações e responsabilização por atos de tortura: rastreamento e monitoramento	249
Capítulo VI – A Ciência Forense e a Perícia Criminal	255
1- Introdução	255
2- Diagnóstico atual	257
3- Imparcialidade e desvinculação da polícia	258
4- Cadeia de custódia dos vestígios	261
5- Adoção de um protocolo médico-psicológico para casos de tortura	261
Capítulo VII – Conclusão	263
Referências:	267